



Sindicato Nacional dos Professores Licenciados pelos Politécnicos e Universidades

COVID-19 – Agravamento da pandemia em meio escolar

SPLIU exige ao Governo que adote medidas urgentes de contenção dos contágios

Os dados mais recentes da pandemia indicam um número crescente de novas infeções para uma ordem de grandeza nunca verificado até ao momento, facto esse que não deverá ser desvalorizado ou mitigado pelas autoridades de saúde e os responsáveis políticos.

A acompanhar o aumento generalizado de casos de infeção pelo SARS-CoV-2, verifica-se também um aumento significativo do número de casos e surtos em estabelecimentos de ensino, gerando tal facto, uma enorme instabilidade pessoal e emocional aos alunos, aos docentes e ao pessoal não docente, aos pais..., no fundo, a toda a comunidade educativa, evidentemente desfavorável a um clima de escola propício às aprendizagens.

Perante o agravamento da pandemia em geral, e nas escolas, em particular, e como na devida altura, início do ano escolar, o ME não adotou algumas medidas essenciais, (o desdobramento ou a redução de alunos por turma, o distanciamento físico ideal, a contratação de mais profissionais,...), o SPLIU exige ao Governo que tome, urgentemente, todas as medidas necessárias, de modo a poder minimizar e controlar a propagação da doença em meio escolar, evitando ou retardando assim o passar para o regime misto ou totalmente à distância

Se o Governo não tiver a agilidade e a flexibilidade estratégica de decisão no *timing* adequado para conter o problema, o SPLIU teme pela inoperacionalidade do ensino presencial na atual conjuntura, em virtude de não existirem professores em número suficiente que possam substituir os docentes infetados ou em isolamento profilático, e ainda, os educadores e professores com patologias direta ou indiretamente relacionadas com o COVID-19, ou de outra natureza.

Enquanto Sindicato Independente, representativo de educadores e professores do ensino não superior, o SPLIU também não pode deixar de exigir ao Governo medidas imediatas e inquestionáveis de proteção aos docentes que pertencem a grupos de risco, reclamando-se que os mesmos sejam colocados, JÁ, em teletrabalho, pois tem-se verificado que são necessários.

Lisboa, 13 de outubro de 2020

A Direção Nacional